

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 9 • N.º 18 • OUTUBRO 2000

NOTAS

AUTONOMIA E CLONAGEM HUMANA

A propósito da obra de H. Atlan, M. Augé, M. Delmas Marty,
R.-Pol Droit, N. Fresco, *Le clonage humain* ¹

MARIA LUÍSA PORTOCARRERO SILVA

Na sua conferência *Gelassenheit, (Serenidade)*, ², um texto escrito em 1959, M. Heidegger, filósofo que dispensa qualquer apresentação, alertava-nos já para os desafios e perigos da nossa era. Era atómica (...), era técnica, a denominação pouco importa (...), se soubermos detectar a natureza real do perigo referido.

Heidegger não podia prever o desenvolvimento da genética! Muito menos do conjunto de perspectivas suscitadas pela experiência hoje real da clonagem de mamíferos. Dizia-nos, nesse tempo, usando as palavras do químico e prémio Nobel americano Stanley, que estávamos muito próximos da hora em que a vida estaria nas mãos dos cientistas. Estes teriam, então, a possibilidade de a manipular de acordo com a sua vontade.

Entrámos hoje, em definitivo, nessa era. Passámos, nomeadamente com o desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida e com o incremento da genética, da era da criação à era da acção. Sabemos, sem sombra de dúvida, como agir tecnicamente para obter determinados resultados. No entanto, não sabemos o que pretendemos fazer com aquilo que conseguimos e está disponível! Sabemos que, se desenvolvermos determinadas possibilidades, podemos mudar para sempre o rosto do mundo. Esquecemo-nos, porém, de aquilo que não sabemos. Por outras palavras, conseguimos, desde que a ciência deixou de ser académica e se tornou tecnociência, produzir técnicas profundamente ambivalentes. Comprovamos assim, no nosso dia-a-dia, não só os efeitos positivos da energia nuclear, da exploração

¹ H. ATLAN, M. AUGÉ, M. DELMAS MARTY, R.-POL DROIT, N. FRESCO, *Le clonage humain*, Paris:Seuil, 1999, 205pp.

² M. HEIDEGGER, *Gelassenheit*, Pfullingen, Neske, 1959.

espacial, da engenharia genética, da intervenção bioquímica no comportamento humano, mas também algumas das suas consequências profundamente nocivas. O que significa que as capacidades de planificação, que desenvolvemos, escapam-nos. Dão origem a respostas distorcidas e inimagináveis. A autonomia com que sonhámos pode, enfim, transformar-se numa perigosa dependência!

O que falhou afinal? Porque levantamos esta questão? Será a autonomia que almejamos uma categoria de ordem puramente operatória? As técnicas de manipulação, de que dispomos, embasacam-nos, pois não nos dizem o que devemos ou não realizar. Apenas o que podemos fazer com elas em nosso benefício imediato. Falta-lhes o *ethos* precioso do ser em situação, *humus* verdadeiro de uma profícua e meditada deliberação.

O que fazer então com as possibilidades de manipulação que nos atribuímos? É este o nosso real embaraço e a propósito dele já M. Heidegger referia que o que verdadeiramente nos inquieta, não é o simples facto de o mundo contemporâneo se tornar inteiramente técnico. É, pelo contrário, o facto de o homem vulgar não estar de modo nenhum preparado para os efeitos desta transformação. Claro que ele vai tomando conhecimento das novidades tecnocientíficas. Alarma-se mesmo durante alguns dias. Admira sobretudo a audácia dos cientistas. Mas volta sempre à sua vida vulgar sem conseguir assimilar, pelos meios do pensamento, o alcance prático das novas possibilidades.

Na falta de meditação e, diríamos ainda, de informação adequada reside a possibilidade da nossa verdadeira alienação: vamos deixando que a tecnociência invada o nosso mundo quotidiano, esquecendo-nos que não somos autómatos, que somos seres pensantes e que o nosso pensamento – do qual depende o nosso modo de ser – é simultaneamente um pensamento que calcula ou planifica e um pensamento que sofre, que interroga e medita.

O verdadeiro perigo a que estamos expostos não reside, pois, como vulgarmente se pensa, na explosão das bombas que a tecnociência vem preparando. Insinua-se, pelo contrário, de forma traiçoeira, no próprio modo como as sucessivas bombas da nossa era se vão acumulando e coexistindo, sem explodir, com a vida quotidiana do homem sobre a terra.

Por outras palavras, não é a nova concepção de mundo, nem são tão pouco os resultados das investigações da nova ciência que nos intimidam, sejam eles a clonagem ou qualquer outra possibilidade de manipulação da vida e da morte. A ameaça vem de um lugar mais profundo. Diz respeito ao modo como o carácter veloz, imediatista e automático do agir técnico-operatório oblitera o tempo (e o espaço) da meditação humana. Ora, só esta nos proporciona a serenidade necessária a um saber decidir.

É neste contexto de urgência e invocação à meditação mediante uma hermenêutica do perigo, que me proponho comentar alguns dos problemas suscitados pela obra *Le clonage humain*.

Esta é uma obra provocadora e fundamentalmente constituída por um conjunto de sérias meditações provenientes dos diversos quadrantes da nossa cultura: Medicina, Biologia, Antropologia, Direito, Filosofia e História. É uma obra que nos faz pensar pelas grandes questões que levanta, nomeadamente a do pensar como grande desafio do humano. Sem nos dar grandes respostas, o texto *Le clonage humain*, inquieta-nos e por isso revela-nos que, afinal, detemos ainda, no mundo planificado que é o nosso, a capacidade de espanto e deslumbramento.

Afinal este é o mérito da experiência científica da clonagem, um dos resultados mais assombrosos do pensamento operatório ou calculador, que com tanta mestria desenvolvemos desde o século XVII. Ela confronta-nos com a natureza das nossas reais possibilidades, é um desafio que configura os contornos da nossa audácia suscitando, simultaneamente, a nossa radical desproporção e íntima fragilidade. De um modo mais claro, a eventualidade da clonagem humana causa todo um núcleo de angústias, suscita grandes questões (afinal, somos *humanos, demasiado humanos*) que configuram, por isso, o *humano irredutível* que nos habita e simultaneamente nos fragiliza.

Podemos? Devemos? O que vamos fazer com as novas possibilidades? Seremos realmente seres co-criadores? O que somos afinal? Passámos, ao longo das últimas décadas, do estatuto de *homo faber* para o de *faber hominis*. Colocámo-nos nas nossas próprias mãos. Como fica então a nossa autonomia? Terá um mistério na sua raiz ou, pelo contrário, será de natureza puramente técnica? São estas, de facto, as grandes questões da nossa época.

A obra em causa coloca-nos, assim, no epicentro do debate bioético contemporâneo sobre o homem, enquanto espaço real da experiência do valor. Tem de facto esta grande qualidade: abala a nossa indiferença. Lança-nos um repto demasiado sério, uma bomba que desta vez explode (...) pela necessidade da discussão e séria meditação de todos quantos estão interessados no futuro da humanidade e na questão da dignidade humana.

O nascimento recente da ovelha Dolly, por reprodução assexuada, a aplicação das técnicas de clonagem ao mundo animal, nomeadamente ao homem, o seu significado profundamente manipulador, é, em breves traços, o contexto sobre o qual reflectem Henri Atlan, Marc Augé, Mireille Delmas-Marty, Roger-Pol Droit e Nadine Fresco.

Procurando fazer o ponto da situação sobre os principais problemas suscitados pela eventualidade da clonagem humana, os autores partem da hipótese de que disporíamos hoje de uma técnica eficaz e suficientemente experimentada de clonagem de mamíferos que permitisse colocar a questão da sua aplicação à espécie humana.

O eixo de todas as reflexões incluídas neste livro é o seguinte: até que ponto a clonagem reprodutiva representaria a anulação do imprevisível próprio do processo de procriação e constituiria deste modo uma séria ameaça à dignidade do ser humano?

Será a clonagem reprodutiva do humano, com toda a planificação (de um gnomia) que ela implica, uma ameaça real à autonomia, aos direitos e à dignidade do ser humano? Qual a verdadeira razão desta questão? É que, afinal, na reprodução sexuada o resultado da lotaria genética é um rosto, uma figura singular, portadora de uma unicidade, de uma surpresa e novidade, que poderiam ser retiradas ao clone pela própria pré-programação do seu genoma. De outro modo, com as perspectivas criadas pela clonagem, a reprodução humana poderá, pela primeira vez, deixar de ser sexuada. Isto é, deixar de jogar com o aleatório, dado que não precisará de recorrer, como acontece até agora, à fusão de um óvulo e de um espermatozoide, à associação dos seus cromossomas e às recombinações dos genes parentais, tendo como resultado final um genoma único, isto é, diferente do do pai e do da mãe.

O que acontecerá então? A possibilidade de uma programação da reprodução humana segundo um modelo pré-definido, a eliminação do indeterminado ou, se preferirmos, do mistério que parece estar, desde o advento do processo da hominização, na raiz daquilo a que chamamos o humano irreductível em que se baseia o conceito de dignidade humana.

Mas o que é afinal a dignidade humana? É esta a questão crucial da obra. A dignidade é uma noção ou valor que queremos preservar e que apesar de a considerarmos evidente e objecto de um consenso explícito, surge confusa, isto é, com margens muito pouco claras no debate sobre a clonagem. Não é pois de espantar que o tema da clonagem inquiete, angustie ou revolte. Se, com efeito, não sabemos definir a dignidade humana – e talvez nunca o consigamos, a não ser pelo recurso às experiências do indigno ou do mal – pensamos, no entanto, que a clonagem a ridiculariza e achincalha. De facto, temos medo! Chegamos por isso a compará-la com as experiências da tortura, com os crimes de guerra e com as ameaças desumanização total (genocídio, *apartheid*).

O debate sobre a clonagem, agora começado, parece-nos revelador do estado das nossas reflexões sobre outras questões filosóficas essenciais. Intima-nos a uma hermenêutica do humano no homem, obriga-nos a meditar noções tão fundamentais quanto impensadas. Compreendemos então que por toda a Europa um mesmo clamor tenha surgido. Expressa-o a Declaração Universal da Unesco de 1997 quando afirma “que práticas tais como a clonagem dos seres humanos com fins reprodutivos não devem ser permitidas”.

No entanto, uma pergunta se impõe: terá algum sentido proibir quando para a tecnociência é proibido proibir e o próprio consenso, de início manifestado, no sentido de recusar a clonagem humana tem vindo rapidamente a esbater-se? Indo mais longe: como proibir? Bastará a norma? Quais as outras razões que fundamentariam uma proibição?

Existirá, de facto, um dano real no acontecimento da clonagem humana? Como situar enfim a proibição da clonagem na sequência das proibições da escravatura, da tortura, do genocídio e de toda a série de tratamentos degradantes

e desumanos? Será que alguém clonado experimentalmente de facto o equivalente a uma tortura? Ou seremos nós afinal com as nossas representações que o imaginamos? E a questão é mesmo esta: seremos alguma coisa sem a nossa memória, as nossas representações e estruturas simbólicas?

O que queremos proteger afinal? A concepção metafísica tradicional do humano, a nossa ideia ocidental de sujeito? Ou a dimensão pessoal do homem, um valor transcultural irredutível a todas as definições, nomeadamente aos conhecimentos biológicos da espécie humana, um valor ético e ontológico, que não sabemos definir a não ser pelo recurso a toda uma série de recusas e perguntas. A dignidade recusa a instrumentalização e a humilhação do homem. Nisto todos concordamos!

Será que ela “implica ainda restos de transcendência”? - interroga-se, neste sentido, Roger Pol-Droit, um dos intervenientes nos debates, que esta obra muito didacticamente inclui, após cada artigo de que é composta. O que faz a dignidade do homem afinal? No horizonte de todas as (eventuais) proibições encontramos a dignidade como meta e a indignidade como caos. Como sublinha H. Atlan, um dos principais intervenientes nesta obra, a clonagem reprodutiva tal como toda a intervenção humana sobre a linhagem germinal “significaria a expressão biológica de uma transformação coisista do estatuto ontológico da pessoa humana”. Em suma, uma destruição da dimensão metafísica do humano! Quer isto dizer, o que se pretende proteger não são as características biológicas da espécie humana. É, pelo contrário, a humanidade, tal como esta se constituiu ao longo do processo de hominização: um lento trabalho de simbolização e memória, pelo qual o homem se eleva acima do seu enclausuramento biológico e afirma o seu desejo de uma outra ordem, marcada pela alteridade ou transcendência. Não será este o verdadeiro património comum da humanidade? Não será no seio do nosso imaginário simbólico ou cultural que devemos procurar os elementos constitutivos daquilo a que chamamos ser pessoa, uma identidade, um sujeito?

É então em nome da dimensão ética, histórica e simbólica da humanidade do humano que devem entender-se todas as inquietações suscitadas pelo fantasma da clonagem. Teme-se, de uma forma ainda emocional e confusa, que a humanidade perca o controlo sobre a sua própria identidade. Parece, assim, essencial que os debates sobre a clonagem surjam. Que contribuam para a clarificação do tipo de representação que temos de nós próprios, enquanto Humanidade. Mas que não surjam isolados de uma meditação interdisciplinar sobre as duas importantes conquistas evolutivas do processo de hominização: a ideia de crime contra a humanidade e a temática dos direitos do homem. O homem para que apontam os conceitos de dignidade e direitos do homem é um ser que antecipa a perfeição, apesar de imperfeito, um ser cuja dimensão de incondicionado vai tomando figura na história através de experiências negativas de contraste, das quais se destaca a memória da vítima.

É para o horizonte das vítimas que nos remete afinal toda a temática da clonagem reprodutiva. Vítima de fabricação, vítima de instrumentalização, vítima de

indiferenciação, tal é o imaginário cultural e social que suscita o clone, eventualmente condenado a elemento de um rebanho, à uniformização e estereotipia. Não é este o método dos torcionários: retirar a identidade às suas vítimas reduzindo-as a um número e a um uniforme? Baralhar todas as referências simbólicas que possibilitam a construção de uma identidade?

Não é pois de admirar que a eventualidade da clonagem humana assuste e suscite proibições. Ela toca nas raízes mais profundas da constituição da pessoa, evoca uma perigosa transgressão do simbólico. Suscita, pela possibilidade de uma reprodução, segundo o paradigma do idêntico, o fantasma da animalidade, enquanto estado pré-individual da vida. O que nos choca na ideia de clonagem reprodutiva é a ameaça de uma indistinção fundamental entre o Mesmo e o Outro. A individualidade da pessoa humana sempre se constituiu por meio da diferença e da relação ao Outro (...), aos outros que cada um deve poder situar relativamente a si. Uma descendência por clonagem, se se generalizasse, introduziria no mundo graves problemas de identidade e uma profunda perturbação geracional. Perfilar-se-ia então a tenebrosa sombra de uma indistinção dos sexos e de uma confusão possível entre o homem e o animal. Inquieta-nos a ausência de fronteiras entre o masculino e o feminino, o uno e o outro, a vida e a morte. Somos, com efeito, o único animal (hermenêutico) que não se basta com o seu genoma, pois, precisa de uma representação de si para poder ser. Aprendemos, neste sentido, já desde as formas míticas do pensar, que o advento da humanidade resulta de uma misteriosa saída do caos, implica o absoluto respeito pelo outro e claro está o acontecimento da morte, introduzido pela reprodução sexuada.